



Nota de repúdio ao PL 573/2021

O PCdoB São Paulo vem por meio desta nota manifestar total repúdio ao projeto de lei 573/2021 apresentado a Câmara Municipal de São Paulo pela vereadora Cris Monteiro do Partido Novo.

O PL se caracteriza como um verdadeiro ataque a educação e ao serviço público ao propor a implementação de sistema de gestão compartilhada em escolas do ensino fundamental e médio da rede pública municipal de ensino em parceria com organizações da sociedade civil. Parceria que nada mais é do que um modelo de privatização, que transforma um direito social em serviço.

O projeto é um claro ataque a classe trabalhadora por parte de setores reacionários que visam o desmonte do serviço público e o desmonte da carreira de servidores.

Fere o princípio da gestão democrática, em seu artigo 2º e 10º transfere para a gestão privada a responsabilidade de construção de matrizes curriculares e do projeto político pedagógico das escolas. Uma gestão privada, que visa a contenção de custos, que encara a educação como mercadoria, dificilmente abrirá espaços de diálogos com a comunidade, tão pouco se importará com as demandas sociais de cada território.

Em seu 10º e 12º artigo, crava o fim da carreira de servidores públicos, indicando que as organizações sociais terão autonomia para “montar o time e apontando que os professores e funcionários concursados que não optarem pelo novo regime de gestão e contratação devem solicitar remoção para outras unidades.” Ora, sabemos que não haverá escolas para comportar todos.

Não bastasse os prejuízos que a educação vive por conta da pandemia ainda em curso em nossa cidade, devemos resistir e lutar contra esse projeto que fragiliza ainda mais nossa educação pública levando-a a um claro processo de privatização.

A história já nos demonstrou que ações como essa não funcionam, foi assim nos EUA e no Chile, onde sistemas como estes foram implementados com o argumento de que isso traria melhorias para a qualidade do ensino ofertado, o que não se comprovou, pelo contrário, o que vemos por lá são escolas privatizadas onde famílias devem pagar por um ensino de qualidade duvidosa.

O argumento de desoneração dos cofres da prefeitura também não se sustenta, hoje a cada matrícula do ensino fundamental a prefeitura recebe do Fundeb mais o salário educação cerca de 7mil a 9 mil, o que deixaria de existir, uma vez que a Lei do Fundeb não permite o repasse desses recursos as escolas geridas por instituições privadas. Desta forma, o município perde receita, apostando que a iniciativa privada passaria a financiar a educação da cidade. Sabemos que o objetivo da iniciativa privada é o lucro, desta forma a educação da Cidade de São Paulo se tornaria de fato uma empresa. E pior, sem investimento privado o município seria o único responsável em financiar o ensino da cidade, repassando verba pública para ser gerida pela iniciativa privada, o que já acontece na Educação Infantil da cidade, onde infelizmente assistimos diversos casos de desvios de verbas e tráfico de influências.

O PCdoB se coloca à disposição para junto ao povo de São Paulo combater infame proposta, nós colocamos junto aos que defendem uma educação pública de gestão pública e que hoje mais do que nunca deve fazer parte de um projeto de repactuação ligada ao projeto de desenvolvimento nacional e reconstrução do Brasil.

Comissão Executiva do PCdoB da Cidade de São Paulo.

Julho de 2022